



DÍVIDA PÚBLICA

Entenda o sistema que absorve quase a **metade do orçamento** do governo federal - e como isso afeta os **recursos destinados à rede municipal** de ensino de Santa Maria.

Páginas 6 e 7

edição 197 |
novembro de 2015
jornal mensal do
Sindicato dos
Professores Municipais
de Santa Maria

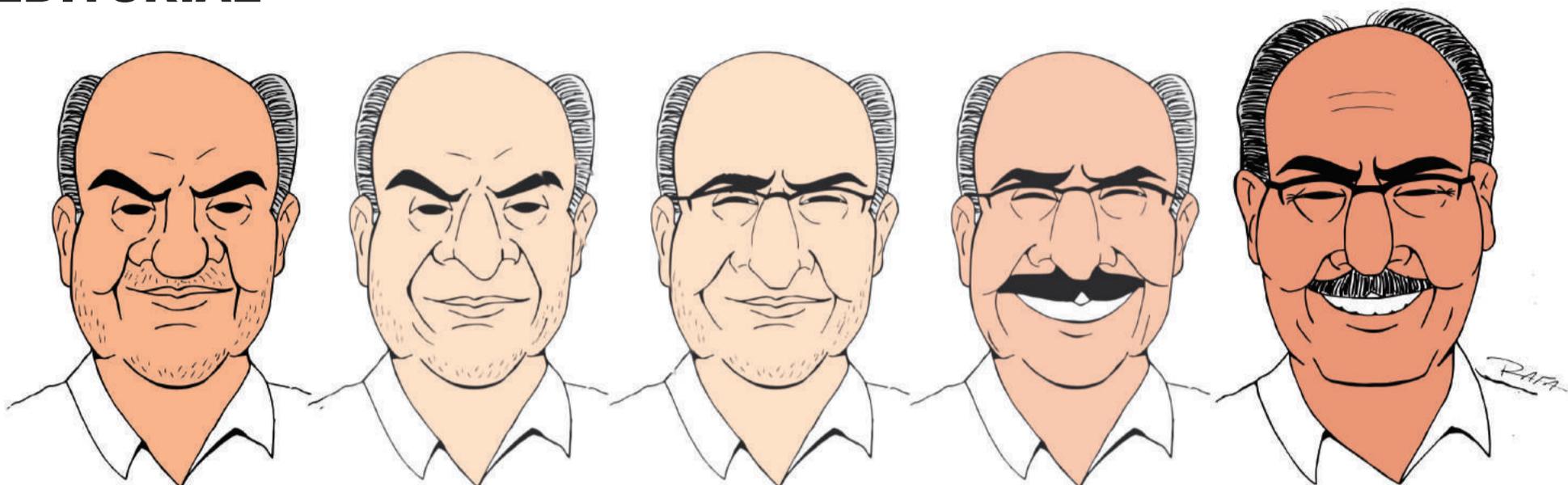
primeira classe



Pelo pagamento do Piso Nacional do Magistério, rede municipal de educação paralisa atividades e realiza protesto na Saldanha Marinho

Páginas 4 e 5

EDITORIAL



Para eles, educação não é prioridade

O ano de 2015, que já se aproxima de seu final, foi problemático para a educação pública no Brasil. Nossos colegas do estado, por exemplo, talvez nunca tenham enfrentado tanto desrespeito e descaso como nestes meses de administração de José Ivo Sartori. No Paraná, podemos lembrar da violenta repressão policial sofrida por professores e servidores em abril – a nossa categoria chegou a aprovar, em assembleia, uma moção de apoio à categoria colega. Neste mês, centenas de escolas foram ocupadas por estudantes secundaristas no estado de São Paulo. Eles protestam contra o projeto de “reestruturação” – leia-se: fechamento de instituições – da educação no estado governado por Geraldo Alckmin (PSDB). Neste ano, da mesma forma, professores e servidores das universidades federais – a UFSM foi uma das exceções – realizaram uma das mais duradouras greves docentes das últimas décadas, sobretudo pelos cortes realizados pelo governo de Dilma Rousseff (PT) na educação pública.

O que esses casos têm em comum? A despeito da aparente polarização da política que vive o país – expressa em uma dicotomia ilusória entre PT e PSDB –, os governos de todas as esferas optaram por cortar gastos da educação e de outros serviços públicos essenciais. Esse argumento vem sendo repetido há tempos pelo Sinprosm, pois

aqui na cidade a prática não foi diferente.

Após a reunião entre a coordenação sindical e o prefeito Cezar Schirmer (PMDB), em outubro, pedimos que o Gabinete do Prefeito respondesse formalmente, através de um ofício, sobre sua motivação para não pagar os 6,6% que faltam para que se atinja o Piso Nacional do Magistério. “Por serem demandas que envolvem recursos orçamentários e considerando à atual (sic) crise econômica que aflige Municípios, Estados e País”, diz o documento, “não existem condições, no momento, de estabelecer compromissos futuros que envolvam recursos financeiros”. Ou seja, o argumento é o mesmo em Santa Maria, no estado, no Paraná, em São Paulo ou em Brasília – e é o mesmo porque é consequência de um mesmo projeto político de desmonte dos serviços públicos.

O documento diz que há “vontade manifesta” de responder positivamente às reivindicações da categoria. Não pensamos que seja o contrário. Um possível candidato governista nas eleições do ano que vem certamente se beneficiaria eleitoralmente da propaganda de uma gestão que paga o Piso. Lembremos que após a promulgação da Lei do Piso, em 2008, só começamos a recebê-lo em 2012 – ano no qual Schirmer se candidatou à reeleição. É na prática que as prioridades se revelam.

Schirmer tergiversa, não assume compro-

missos, impõe-nos uma perda histórica depois de uma conquista que foi fruto de muita luta. No caso dos planos de saúde, a postura evasiva da Prefeitura também tem consequências. O Executivo prometeu que contrataria uma empresa para calcular os custos da criação de um plano próprio para os servidores, mas até agora não tivemos nenhum passo concreto. O Sinprosm, obviamente, seguirá a pressionar o governo e o IPASSP-SM, inclusive através do assento do sindicato no Conselho Deliberativo do instituto.

Já dissemos em outras ocasiões – mas não podemos deixar de repetir: no ano que vem, por conta da legislação eleitoral, reajustes acima da inflação são permitidos apenas até 180 dias antes do pleito. O mês de abril, portanto, é nosso prazo máximo. Devemos realizar uma assembleia já no início do ano letivo e o objetivo da coordenação é que intensifiquemos a luta, inclusive com uma proposta de paralisação a ser discutida com a categoria. A mobilização e a luta são as únicas ferramentas que podem garantir nossos direitos e impedir degradação em nossas condições de trabalho.

“**A despeito da aparente polarização da política que vive o país – expressa em uma dicotomia ilusória entre PT e PSDB –, os governos de todas as esferas optaram por cortar gastos da educação e de outros serviços públicos essenciais.**”



Professora Lourdes Passos passa a integrar a coordenação do Sinprosm

Durante a última assembleia sindical, ocorrida no dia 11 de novembro, a professora Lourdes Passos – suplente da Direção Executiva no Sinprosm – foi empossada como integrante da coordenação do sindicato. Ela, que é professora de história na EMEF junto ao CAIC Luizinho de Grandi, ocupará o cargo da professora Mariane Denardin, ex-coordenadora sindical das Escolas Rurais que deixou a rede municipal após

passar em um concurso público federal.

Lourdes afirmou, durante a plenária, que pretende construir um sindicato classista e construído pela base: “não uma entidade vertical, presidencialista”. A professora disse também que “os governos estão utilizando o discurso da crise como panaceia para todos os males”, referindo-se ao argumento do Prefeito Cezar Schirmer para não pagar o Piso Nacional.

Comunidades escolares elegem direções



Na segunda-feira, 16 de novembro, ocorreram as eleições para definir as equipes diretivas das escolas da rede pública municipal no triênio 2016-2018. Ao todo, entre Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Ensino Técnico, 71 escolas realizaram eleições, sendo a grande maioria com chapa única concorrendo. Apenas as EMEFs Fontoura Ilha, Adélmo Simas Genro, Miguel Beltrame e Profª Rejane Garcia Gervini tiveram mais de duas chapas na disputa. Quatro escolas não realizaram pleito: a EMEI Boca do Monte, a EMEF Irineu Antolini e a Escola de Artes Eduardo Trevisan – EMAET, por não possuírem o número mínimo de professores lotados para a realização da eleição, e a EMEF Renato Zimmermann, por não ter candidaturas. Nestes casos, a Secretaria de Educação indicará os diretores. Segundo informações do professor Paulo Flores, da Comissão Eleitoral, ao todo, 11.891 pessoas votaram nestas eleições, sendo 1105 professores da rede.

O professor Paulo Merten, coordenador de

Comunicação e Formação Sindical do Sinprosm, salienta a importância das eleições como um exercício de democracia e um ótimo momento para estimular o diálogo entre todos os segmentos da comunidade escolar: “Cabe aos diretores eleitos ou reeleitos o compromisso não só de mediar conflitos mas também de zelar por uma gestão democrática, que valorize o diálogo com os professores e que reconheça e participe das instâncias da categoria, como as assembleias e as mobilizações”.

A professora Magda Dias, coordenadora dos Aposentados, chama a atenção também para as questões referentes ao projeto político-pedagógico das escolas: “Os gestores, cada dia mais, precisam se engajar para que as escolas atendam as demandas das comunidades nas quais estão inseridas. As metodologias de ensino devem permanecer sempre atentas às realidades dos alunos” A coordenação do Sinprosm deseja a todos as equipes diretivas eleitas uma boa gestão e se põe a disposição para o que for necessário.

EMEF MIGUEL BELTRAME
Diretora: Lúcia Helena Vieira
Vice-Diretora: Itanara Rodrigues Debus

EMEF ADELMO SIMAS GENRO
Diretor: Gesiel Freire dos Santos
Vice-Diretora: Sandra Tereza Tagliapietra Cargin

EMEF REJANE GARCIA GERVINI
Diretora: Eva Nelcir Rodrigues
Vice-Diretora: Fernanda Furlan

EMEF PINHEIRO MACHADO
Diretor: Gesiel Freire dos Santos
Vice-Diretora: Elizabeth Regina Demarco

EMEF OSCAR GRAU
Diretora: Márcia Simões Pires
Vice-Diretor: Luiz Renato de Oliveira

EMEF NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
Diretora: Valéria Aparecida Haag

EMEF BANDEIRA MEDINA
Diretora: Tânia Maria Stringini
Vice-Diretora: Zilda Marileide Leal

EMEF IONE PARCIANELLO
Diretora: Marli Giacomelli
Vice-Diretor: Valter José Negrini

EMEF PERPÉTUO SOCORRO
Diretora: Daniela de Oliveira
Vice-Diretora: Eliane Zenir Corrêa de Moraes

EMEF ZENIR AITA
Diretora: Denise Regine Cauduro
Vice-Diretor: João Batista Chaves de Oliveira

EMEF PEDRO KUNZ
Diretora: Tânia Maria Moreira

EMEF CASTRO ALVES
Diretora: Rejane Viegas
Vice-Diretora: Rosane Prates

EMEF MAJOR TANCREDO PENNA DE MORAES
Diretora: Bernardete Dalla Corte
Vice-Diretora: Deina Farenzena

EMEF CHÁCARA DAS FLORES
Diretora: Rejane Freo Dias

EMEF EUCLIDES DA CUNHA
Diretora: Maria Medianeira da Rosa Oliveira
Vice-Diretora: Maria Ivoneti Simioni

EMEF DIÁCONO JOÃO LUIZ POZZOBON
Diretora: Janete Terezinha Juliani
Vice-Diretora: Nelcy dal Forno de Freitas

EMEF ERLINDA MINÓGGIO VINADÉ
Diretora: Sônia Maria Estivalet

EMEF FRANCISCA WEINMANN
Diretora: Nilse Weber
Vice-Diretora: Carla Viviane Paim

EMEF DOM ANTÔNIO REIS
Diretora: Sylvia Therezinha da Cruz
Vice-Diretora: Loiva Terezinha Passos Marques

EMEF EDY MAYA BERTÓIA
Diretora: Eliane Ponte Gallina

EMEF LOURENÇO DALLA CORTE
Diretora: Simone Dias Leal
Vice-Diretor(a): Catia Carvalho da Silva

EMEF VICENTE FARENCENA
Diretora: Roselis Pincolini
Vice-Diretora: Josiane Aparecida Silveira

EMEF INTENDENTE MANOEL RIBAS
Diretora: Luciane Maffini Schlotfeldt
Vice-Diretora: Mariane Melo Rizzatti

EMEF LIDOVINO FANTON
Diretora: Vera Lucia Pinheiro
Vice-Diretora: Carmem Lígia Carvalho

EMEF JOÃO DA MAIA BRAGA
Diretora: Nivia Terezinha Corrêa
Vice-Diretora: Vanderléa Maria Vandervert

EMEF LEDUVINA DA ROSA ROSSI
Diretora: Mariliane de Mello Ta-diello

EMEF SANTA HELENA
Diretora: Marilete Manfio de Lima
Vice-Diretora: Silvana Terezinha Minello Alegransi

EMEF ANTONIO GONÇALVES DO AMARAL
Diretora: Ana Ligia de Mesquita
Vice-Diretora: Vania Regina Richter Ferreria

EMEF JÚLIO DO CANTO
Diretora: Inês Bernardete Negrini
Vice-Diretora: Lirdenia Mostardeiro de Paula

EMEF BERNARDINO FERNANDES
Diretora: Ledia Beatriz Sanfelice
Vice-Diretor: Sérgio Rodrigues de Avila

EMEF SÃO CARLOS
Diretora: Rosilâne Lorenzoni
Vice-Diretora: Maria Denize Urbanetto

EMEF JOSÉ PAIM DE OLIVEIRA
Diretor: Genésio Pigatto Ferrari
Vice-Diretora: Sílvia Rossi Rocha

EMEF DUQUE DE CAXIAS
Diretora: Sílvia Beatriz da Silva
Vice-Diretora: Evanir Rigo

EMEF ALFREDO WINDERLICH
Diretora: Elenara Oliveira da Silva
Vice-Diretora: Katia Ribeiro

EMEF ARACY BARRETO SACCHIS
Diretora: Nara Zenir Pinto Ferreira
Vice-Diretora: Nara Maria Cardoso

EMEF PADRE GABRIEL BOLZAN
Diretor(a): Rosecler Requia

EMEF SÃO JOÃO BATISTA
Diretora: Rosa Maria Prates

EMEF MARTINHO LUTERO
Diretora: Orizabete Aquino da Silva
Vice-Diretora: Rosa Helena da Silva

EMEF ALTINA TEIXEIRA
Diretor: Dilmar Diniz Silveira
Vice-Diretora: Cândida Erminea Ribeiro dos Santos

EMEF PADRE NÓBREGA
Diretora: Mariangela Dalcin da Cas
Vice-Diretora: Liane Catarina Miolo Ferreira
EMEF SANTA FLORA
Diretora: Ivoneti da Silva Bozza
Vice-Diretor: Valcimar Londero

EMEF IRMÃO QUINTINO
Diretor: Nildo Inácio Tonin
Vice-Diretora: Cristina Lopes

EMEF JUNTO AO CAIC LUIZINHO DE GRANDI
Diretora: Maria Helena Antonello
Vice-Diretora: Malize de Oliveira

EMEF HYLDA VASCONCELLOS
Diretora: Marileni Flores
Vice-Diretora: Juliana Campos

EMEF DOM LUIZ VICTOR SARTORI
Diretora: Rossiani de Jesus Segatto
Vice-Diretora: Maria da Costa

EMEF PÃO DOS POBRES
Diretora: Nadia Cristina de Cecco
Vice-Diretora: Carla Raquel da Luz de Gregori

EMEF JOÃO HUNDERTMARCK
Diretora: Gilce Antonia de Arruda
Vice-Diretora: Terezinha Braun

EMEF LÍVIA MENNA BARRETO
Diretora: Greice Elisabete da Silva Grillo Chaves
Vice-Diretora: Susana Braz Pereira

EMEF FONTOURA ILHA
Diretora: Rosicler Alves Bicca
Vice-Diretora: Silvana Witty Piery

EMEF JOÃO PEDRO MENNA BARRETO
Diretora: Ilka Rejane Martins
Vice-Diretora: Sandra Regina Alves

EMAI
Diretor: Paulo Roberto Rodrigues

EMEI NÚCLEO INFANTIL CAIC LUIZINHO DE GRANDI
Diretora: Rosicleia Tironi Dias
Vice-Diretora: Claudia Maria Saldanha Madeira

EMEI ZULÂNIA SALAMONI
Diretora: Leda Beatriz Romano dos

Santos Cechella
Vice-Diretora: Iracema Garcia da Silva

EMEI CASA DA CRIANÇA
Diretora: Rossonia Marini Serafini
Vice-Diretora: Elisa da Silva Dias Kummer

EMEI MONTANHA RUSSA
Diretora: Rosani Helena Henz Raymundo

EMEI BORGES DE MEDEIROS
Diretora: Gilsilene Rony Alves

EMEI JOÃO FRANCISCATTO
Diretora: Lindomar Jovanovichs

EMEI ÂNGELA TOMAZZETTI
Diretora: Sylvia Moro

EMEI IDA FIORI DRUCK
Diretora: Solange Maria Ferraz

EMEI ZAHIE BERE FARRET
Diretora: Lizandra Casali da Silveira

EMEI EUFRÁZIA LORENZI
Diretora: Júlia da Silva Kruei

EMEI SINOS DE BELÉM
Diretora: Lilian Medianeira Prieto

EMEI NOSSO LAR
Diretora: Valeria Alagia Dornelles

EMEI LUIZINHO DE GRANDI
Diretor: Andréia de Mello Buss de Castro

EMEI DARCY VARGAS
Diretora: Marcia Denise Beck Dias

EMEI LUIZA UNGARETTI
Diretora: Lúcia Regina Cabrini Beust dos Santos

EMEI VILA JARDIM
Diretora: Cleiva Magdalena da Rosa

EMEI ARACY TRINDADE CAURIO
Diretora: Irene Monica Knapp

EMEI ADY SCHNEIDER BECK
Diretora: Elizabete Maria Pozzobon

Segundo levantamento do Sinprosm, cerca de 65% das escolas paralisaram e mais de 200 professores participaram de protesto na Saldanha Marinho



Pelo Piso salarial, escolas paralisam e professores vão às ruas

Como forma de chamar a atenção da comunidade e do poder público para o cumprimento da Lei do Piso em Santa Maria, no dia 24 de novembro boa parte das escolas da rede pública municipal paralisaram suas atividades pela segunda vez no ano de 2015.

Segundo levantamento feito pelo Sinprosm, cerca de 65% das escolas municipais aderiram à paralisação decidida na assembleia do dia 11 de novembro. Entre elas, algumas das maiores instituições de ensino municipais, como a EMEF junto ao CAIC Luizinho de Grandi, a Adelmo Simas Genro e a Perpétuo Socorro. Com isso, estima-se que em média 80% dos alunos da rede tiveram suas aulas canceladas ou estudaram em período reduzido.

À tarde, a categoria realizou um ato pela Educação Pública Municipal, que reuniu mais de 200 docentes na praça Saldanha Marinho. Os professores confeccionaram cartazes sobre suas demandas, panfletaram e fizeram falas voltadas à população sobre a realidade dentro das escolas do município. Ao final, o grupo se dirigiu do coreto da praça, onde estavam concentrados, para a esquina da rua Venâncio Aires com a Avenida Rio Branco, no Palacete da SUCV, onde fica o gabinete do Prefeito Cezar Schirmer.

A categoria exige o pagamento imediato do índice de 6,6% que falta para que os docentes recebam o Piso Nacional do Magistério de 2015, a solução para o problema do Plano de Saúde dos servidores municipais – atualmente o plano privado contratado pela prefeitura chega a cobrar uma mensalidade de até R\$ 820,00 por pessoa – e o total cumprimento do plano de carreira, que assegura a realização das reuniões pedagógicas semanais dentro do horário de trabalho do professor e 20% de carga horária destinada para planejamento.



Prefeitura Municipal envia nota à imprensa deslegitimando luta dos professores

Poucas horas após o ato dos professores municipais na Saldanha Marinho, a Assessoria de Imprensa do Executivo Municipal lançou uma nota informando que “em seis anos, prefeitura concedeu mais de 100% de reajuste para os professores municipais” e que “a remuneração média do magistério é de R\$ 4.472,54”. Embora o texto não cite qualquer palavra sobre o protesto dos professores ou justifique o não-pagamento do Piso, a publicação – que foi enviada à imprensa local – pareceu-nos uma resposta às reivindicações da categoria, que paralisou suas atividades no mesmo dia.

Mesmo que Schirmer tivesse concedido “mais de 100% de reajuste” ao magistério municipal nos últimos seis anos, como assevera o artigo, hoje os salários pagos estão – ainda assim – abaixo do Piso Nacional. É só olhar a tabela de vencimento dos docentes. No “nível” básico do Plano de Carreira – que contempla os professores que têm magistério em nível médio, ou o antigo “curso normal” – e na classe inicial – que diz respeito a promoções por tempo de serviço – um professor santa-mariense ganha R\$ 903,10 por 20 horas semanais de trabalho.

A Lei do Piso, entretanto, diz que um professor com essa formação e com o mesmo tempo de serviço deveria ganhar R\$ 1.917,78 para 40h de serviço. É só fazer a conta: com duas matrículas de 20h um professor em nosso município receberia R\$ 1.806,20 – ou seja: R\$ 111,58 a menos, ou 6,6% abaixo do mínimo fixado pela legislação.

É claro que há salários melhores na rede.

Um professor com mestrado e vinte anos de serviço pode ganhar, em folha, R\$ 3226,20 por 20h de serviço. Se esse trabalhador tiver duas matrículas de 20h, o pagamento sobe para R\$ 6.452,40 por mês. Salientamos, todavia, que isso ocorre para professores no último nível – isto é, com mestrado ou doutorado – e na última classe – que se atinge somente com 30 anos de serviço. Ainda há adicionais em escolas de difícil acesso ou para quem trabalha à noite, por exemplo.

Se a média salarial é de R\$ 4.472,54 por mês, como afirma o texto, isso significa que a rede tem um grande número de profissionais com boa qualificação e bastante tempo de serviço.

Os professores que passaram no último concurso que possuam Ensino Superior completo – o certame não previa vagas para o nível médio ou para licenciatura curta – ingressarão no magistério com um salário de R\$ 1.264,34. Mesmo com duas matrículas, esse profissional receberia um salário abaixo do considerado “mínimo necessário” pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, hoje calculado em R\$ 3.210,28.

O texto não afirma, à letra, que os professores recebem “bons salários”; entretanto, ao publicar tal nota algumas horas depois do protesto da categoria, entendemos que a Prefeitura Municipal pretendeu dizer que não temos motivo para reclamar. É inquestionável e justo que profissionais pós-graduados com décadas de serviço devam ter uma boa remuneração. A nota, entretanto, é uma tentativa de deslegitimar a luta dos professores do município, como se não tivéssemos razões para nos manifestar. As centenas de professores que foram à praça ontem são o melhor argumento que a categoria pode utilizar.

A coordenação do Sinprosm vai chamar assembleia já no início do ano letivo - e pretende discutir com a categoria a necessidade de paralisação já no início de 2016.

Carta aberta de professoras do Centro de Educação Infantil Casa da Criança

Ao fim do ano letivo de 2015, as portas da chegada de um novo ano e de um novo índice de aumento do Piso Nacional do Magistério. Para que serve esse índice? Qual a seriedade que os órgãos competentes dão à Lei do Piso?

Concluimos o ano sem que tenhamos conseguido do poder público municipal que a lei seja cumprida. Por outro lado, recebemos e acatamos todas as políticas públicas que norteiam nosso trabalho e que exigem de nós plena dedicação e envolvimento. Levamos nosso trabalho aos espaços públicos, ganhamos prêmios e provamos a competência e qualidade do quadro de professores municipais. Nada demais, esse é o nosso papel, nosso dever profissional!

Entretanto, não somos missionários nem nos alimentamos de “amor à profissão”; queremos em nossa vida pessoal no mínimo a mesma qualidade que dedicamos ao nosso fazer pedagógico. Nesse ponto, lembramos a falta de plano de saúde, questão que representa o puro desamparo da categoria, que, sem o reajuste devido, precisa pagar (e muito) para ter um atendimento digno ou ficar à mercê de uma saúde pública falha e muitas vezes inexistente.

Nossa categoria necessita fazer greve, paralisação e tantos atos para reivindicar os direitos previstos em lei como o Piso Nacional e horas de planejamento. Fato no mínimo contraditório, para não dizer vexatório – ou será que algumas leis são feitas para não serem cumpridas?

A crise financeira do Estado (do Brasil e do mundo) é um dos argumentos usados para justificar o não cumprimento da lei, fato que podemos questionar perguntando quais são as prioridades dos gastos do governo. Alguém pode dizer que este é um pensamento simplista, sem a profundidade e o conhecimento devido, entendemos ser uma postura de governo.

Finalizando, queremos deixar claro nosso desejo de uma educação de qualidade, para tanto faz -se necessário que cada segmento cumpra com seu papel, pois a qualidade da educação não está somente na mão do professor.

**Carta elaborada na paralisação e lida no ato público dos professores municipais, no dia 24 de novembro. Texto assinado pelas professoras Maria de Fátima da Rocha Rodrigues, Adriana Detânico, Elisa Hummer, Patricia Trindade Scremin, Rosângela Boeher, Bibiana Carpes, Cátia Bairro Ferreira, Rita Zoffoli Costa, Aline Zanatta, Eliane Petri e Jane Correa.*



Quase metade dos nossos impostos para pagar uma dívida ilegal

Imagine a seguinte hipótese: você assumiu a administração de uma instituição – poderia ser uma escola ou uma empresa, por exemplo – que movimenta um milhão de reais por ano. Há, porém, um entrave. A cada ano, quase metade da renda do estabelecimento é destinada ao pagamento de juros de uma dívida. Os débitos, entretanto, não têm uma origem muito clara e são fruto de empréstimos tomados há muito tempo sob taxas de juros abusivas – e até ilegais. O que você faria para contornar tal situação?

Esta é uma metáfora para a situação financeira do Estado brasileiro, que em 2014 destinou 45,11% do orçamento da União com o pagamento de juros e amortizações da dívida. Observe: o Brasil não está pagando a dívida em si, que é de cerca

de 3,5 trilhões de reais, mas a rolagem do débito – que segue aumentando a cada ano. Para se ter uma ideia, a segunda área para a qual o governo destina mais verbas é a Previdência Social, que recebe 21,76%. A educação, quinta área que mais recebe recursos, tem 3,73% do orçamento da União. Somadas, áreas como educação, saúde, ciência e tecnologia, assistência social e segurança pública chegaram a apenas 14,61% do orçamento.

Ao contrário da hipotética situação da empresa que citamos no primeiro parágrafo – imaginamos que qualquer administrador buscaria investigar as origens e possíveis soluções para o problema – os governos federais das últimas décadas nunca fizeram nada para resolver a situação – apesar de que a Constituição Federal de 1988

prevê a auditoria da dívida. Os efeitos desse problema são devastadores: serviços públicos de má qualidade nos municípios, estados e União – já que repasses do governo federal acontecem em menor quantidade por conta da dívida – e alta carga tributária são os maiores alvos de reclamação por parte da população.

No caso da instituição hipotética poderíamos pensar que a situação é incontornável, por mais triste que seja: uma escola ou empresa não poderiam simplesmente dar calote em dívidas passadas. É aí que vem a diferença de uma dívida comum para os débitos pagos anualmente pelo Estado brasileiro. Há muita gente, porém, que classifica a dívida como ilegítima e ilegal. Para Maria Lucia Fattorelli, ex-auditora da Receita Federal que

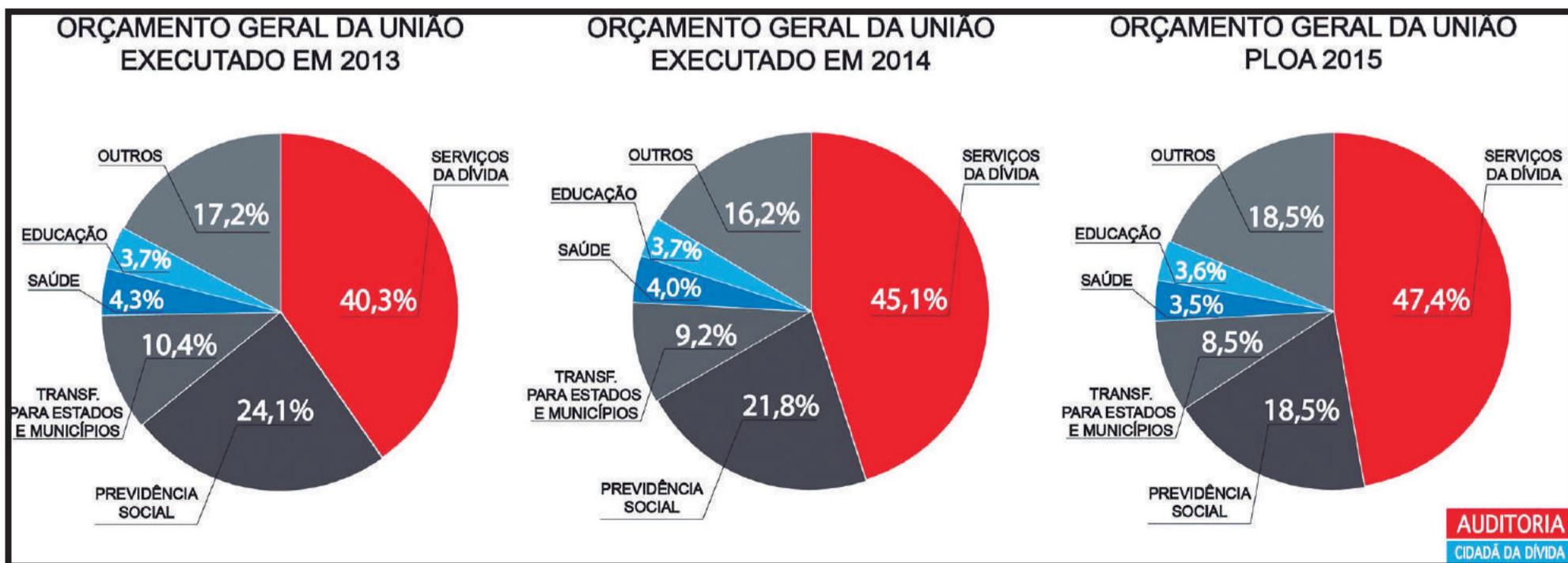


Gráfico elaborado pela Auditoria Cidadã da dívida mostra que nos últimos anos cresceu a parcela do orçamento do governo federal destinada à rolagem da dívida - enquanto saúde e educação tiveram orçamentos cada vez menores.

ficou famosa por auditar o sistema de dividendos em países como o Equador e a Grécia, a dívida é “um mega esquema da corrupção institucionalizado”, conforme depoimento dado à revista Carta Capital.

Para começar, devemos entender como a dívida pública chegou ao atual patamar. Podemos dizer que ela começou com uma herança indesejada: em 1822, ano da independência do país, o Brasil inicia sua história devendo mais de três milhões de libras esterlinas à Inglaterra, dívida criada ainda enquanto colônia portuguesa. Mais de um século depois, no governo de Getúlio Vargas, por exemplo, houve uma auditoria e se percebeu que somente 40% da dívida estava documentada, o resto era pago sem qualquer transparência aos credores. Já na década de 70, de acordo com Fattorelli, sob a Ditadura Militar, a dívida quintuplicou para financiar o “milagre econômico” – muitas vezes em operações financeiras feitas sem qualquer transparência.

Já na década de 90, no início do Plano Real, os juros da dívida chegaram a mais 40% ao ano, de acordo com Fattorelli – ou seja, a cada dois anos o débito quase dobrava de valor. Nesse momento a dívida começa a crescer de maneira exponencial por causa do que se chama, nas ciências econômicas, de “juro sobre juro” ou de “anatocismo” (que ocorre quando os juros incidem sobre o capital já corrigido no mês anterior), prática proibida no setor público pela Constituição – mesmo para contratos previamente estabelecidos.

No governo Lula, em 2005, o Brasil quitou a dívida com o Fundo Monetário Internacional, que era de 15 bilhões de reais – o que levou muita gente a pensar que o Estado brasileiro estava livre, de uma vez por todas, da sangria aos cofres públicos. A dívida com o FMI representava, no entanto, a menos de 2% do valor total devido pelo país. E pior: para pagar o débito com o FMI, o governo emitiu dívida interna a taxas de juros maiores do que as cobradas pelo Fundo.

Hoje, muitos economistas brasileiros defendem o que se chama de “auditoria da dívida”, isto é, um exame criterioso de todos os valores que compõe o que se chama de “sistema da dívida” – especialistas preferem falar em “sistema da dívida” do que em “dívida pública” simplesmente porque o termo pode dar a entender que estamos pagando a dívida em si, e não somente seus juros. Há um comitê chamado de “Auditoria Cidadã da Dívida” que se dedica a pesquisar e divulgar à população sobre o tema. A economista Maria Lúcia Fattorelli já participou, inclusive, de uma auditoria no Equador. Lá, a investigação concluiu que 70% da dívida externa em títulos era ilegal, e portanto o governo não precisaria mais pagá-la.

Boa parte da “austeridade fiscal” que deteriora serviços públicos hoje no país deve-se à rolagem de juros da dívida, já que quase metade do orçamento é destinado a esse fim. Mas aqui, em Santa Maria, na rede pública de educação, como podemos ser afetados por esse quadro? Se a dívida simplesmente deixasse de existir, de acordo com o comitê da Auditoria Cidadã da Dívida, o Brasil poderia multiplicar por dez seu orçamento destinado à educação – ou seis vezes no caso da saúde. O próprio repasse feito aos municípios é muito menor por causa do sistema da dívida – e, em momentos de crise, o governo federal corta repasses às cidades mas nunca cortou do pagamento do débito.

Pós-graduação pode vir a ser cobrada em universidades públicas



O Sinprosm participou, junto com a ANPG, a SEDUFISM e a Assufism, de uma audiência pública que discutiu o tema

Nos últimos meses tem avançado no Congresso um projeto bastante polêmico nos círculos da educação pública. O Projeto de Emenda à Constituição nº 395 (PEC 395/14), de autoria do deputado Alex Canziani (PTB-PR), abre a possibilidade para que Instituições Federais de Ensino Superior passem a cobrar por cursos de extensão, pós-graduação lato sensu e mestrado profissional. A PEC pretende alterar o inciso IV do artigo 206 da Constituição, que garante a “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”, deixando a cargo da autonomia de cada universidade a decisão de passar a cobrar ou não pelos cursos em questão. A proposta foi aprovada em primeiro turno na Câmara de Deputados, no dia 21 de outubro. Para entrar em vigor a PEC ainda precisa de mais uma votação na Câmara de Deputados e passar por dois turnos no Senado Federal.

O projeto aprovado – por 318 votos a favor, 129 contra e 4 abstenções – foi um substitutivo (espécie de emenda que altera a proposta em seu conjunto, recebe esse nome porque substitui o original) do deputado Cléber Verde (PRB-MA), que relatou a matéria. O deputado alterou a primeira proposta para incluir o mestrado profissional dentro das possibilidades de cobrança, um dos principais temas de polêmica entre os parlamentares.

Sindicatos se unem contra cobrança de pós-graduação em universidades públicas

Na manhã do dia 16 de novembro foi realizada uma Audiência Pública na Câmara de Vereadores Municipais de Santa Maria para debater o tema. Compuseram a mesa da Audiência Pública a coordenadora-geral da Associação dos Servidores da UFSM – ASSUFISM, Loiva Chansis, e a coor-

denadora-geral da Associação de Pós-Graduandos da UFSM, Iolanda Araújo, e o presidente da Seção Sindical dos Docentes da UFSM – SEDUFISM, Adriano Figueiró. As três instituições denunciaram a PEC 395 como um grande retrocesso para a educação pública do país. Segundo o professor Figueiró, a proposta é um primeiro passo para um processo de privatização das universidades públicas, em que apenas aqueles que podem pagar pela educação teriam oportunidades.

Colocar para a autonomia universitária a decisão de aderir ou não à cobrança pelos cursos, seria, segundo os debatedores, uma falsa liberdade, visto que, se aprovada, ela viria acompanhada de uma diminuição nos repasses de recursos, que obrigariam as instituições a passarem a cobrar ou a cancelarem a oferta dos cursos.

O professor Ricardo Rondinel, conselheiro da SEDUFISM, lembrou que proposta semelhante já havia sido debatida em 1996, durante a discussão da Lei de Diretrizes de Base (LDB), porém que a mobilização popular havia barrado o projeto.

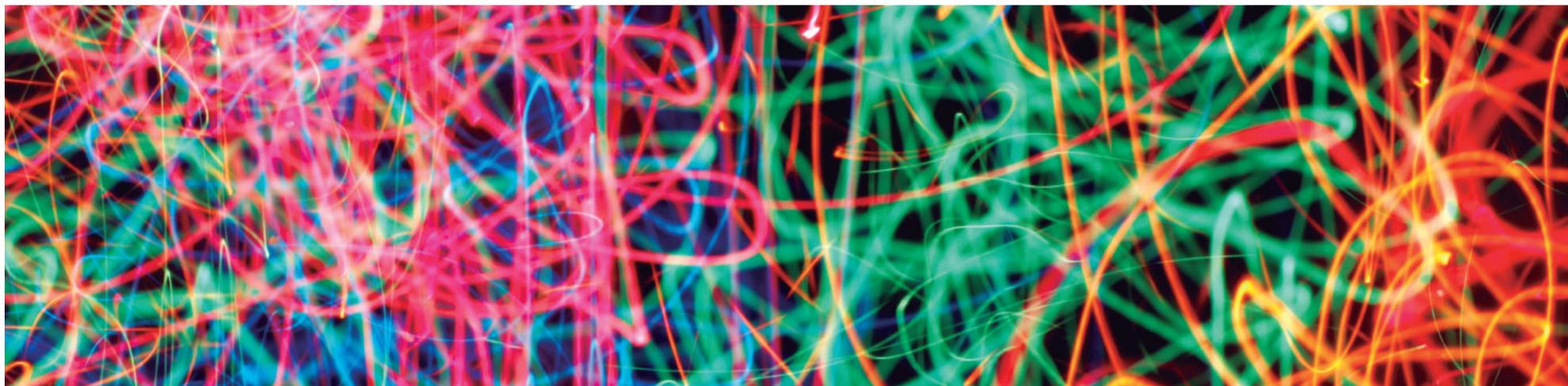
A coordenação do Sinprosm esteve presente na Audiência por entender que a pauta é, segundo Jane May de Oliveira Leal, coordenadora de patrimônio do sindicato, “de extrema importância para a educação pública como um todo, como também para a categoria dos professores municipais, visto que os docentes necessitam de pós-graduação, especialização ou mestrado para avançar de nível”, explicou a professora.

Apesar dos convites das entidades, nenhum vereador ou deputado da região compareceu à Audiência.

Com informações da Agência Câmara de Notícias, da Empresa Brasileira de Comunicação e da Assessoria de Imprensa da SEDUFISM.*

edição 197 |
novembro de 2015
jornal mensal do
Sindicato dos
Professores Municipais
de Santa Maria

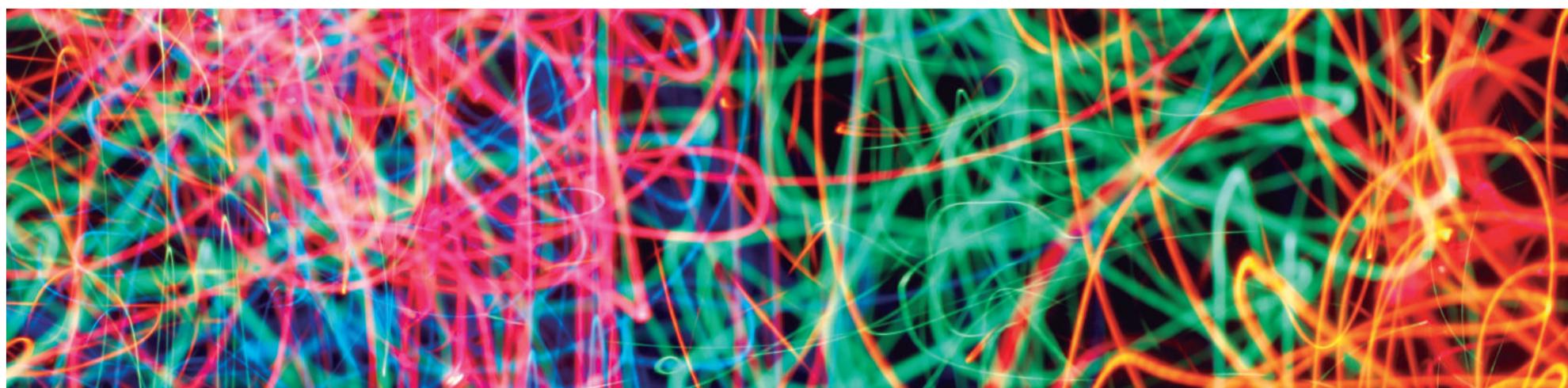
primeira classe



FELIZ NATAL

O Sinprosm deseja boas festas a todas as professoras e professores de Santa Maria.

Que 2016 seja um ano de muitas conquistas pessoais e coletivas!



**Mala Direta Postal
Básica**

9912342496/2014 - DR/RS
SINPROSM

///CORREIOS///



CNPJ: 92458835/0001-08

Rua André Marques, 418. 97010-040

Santa Maria RS

Contato: 55 3223.0168 / 3025.1418 /

sinprosm@gmail.com

COORDENAÇÃO:

Ieda Moraes Struniks

Jane May de Oliveira Leal

Magda Dias Alvarez

Mariane Frigo Denardin

Paulo Ricardo Merten

Sandra Carginin

**PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA, REDAÇÃO,
REVISÃO E
DIAGRAMAÇÃO:**

GREGÓRIO MASCARENHAS MTB 17444

FELIPE SEVERO - MTB 17952

IMPRESSÃO: Jornal Gazeta do Sul

TIRAGEM: 2.000 exemplares

**Quer ver algum projeto ou atividade da sua escola publicado no Primeira Classe?
Entre em contato com o sindicato pelo email: sinprosm@gmail.com**